

O verde está perdendo. Legislação atual não consegue evitar a destruição do patrimônio natural

A Floresta Amazônica em números

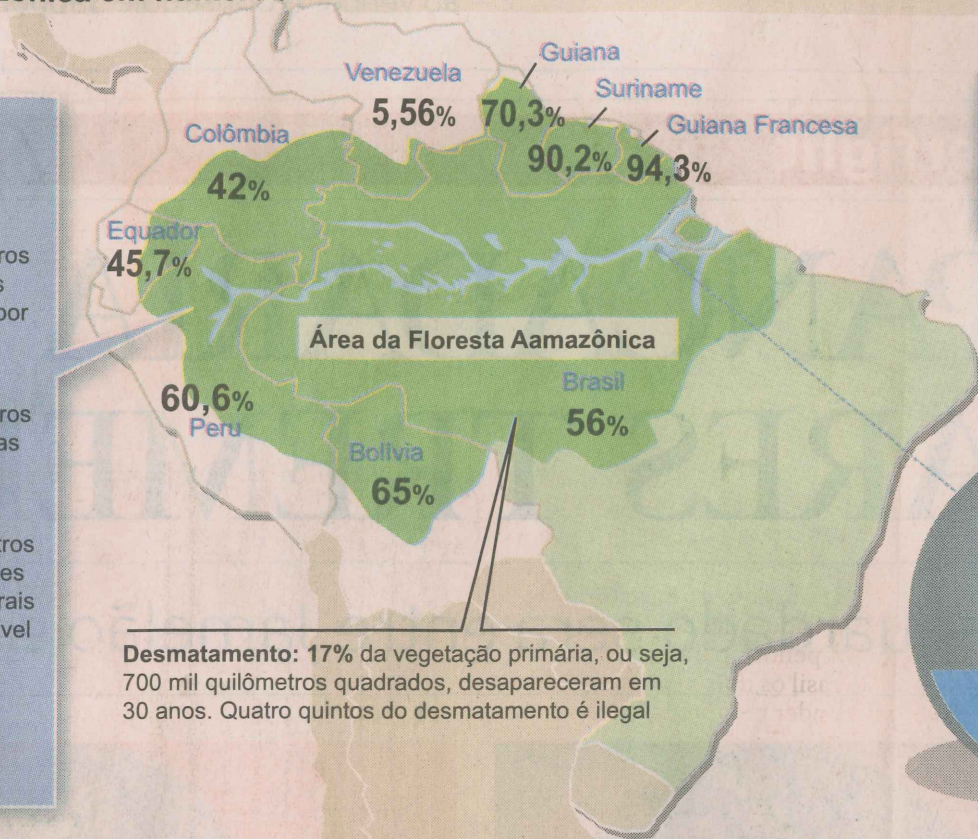
Superfície

A parte brasileira da bacia da floresta amazônica cobre 5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 46% são protegidos por lei:

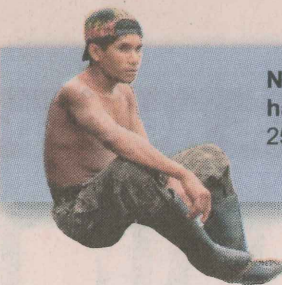
100 mil quilômetros quadrados de reservas indígenas

200 mil quilômetros quadrados de unidades de conservação federais para exploração durável

e **1,9 milhão** de quilômetros de florestas públicas



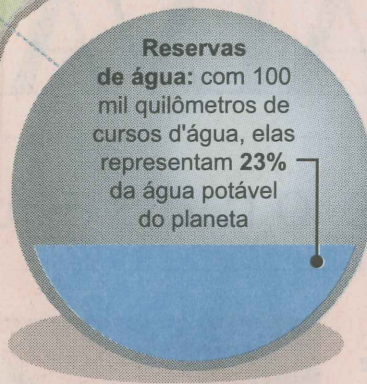
Desmatamento: 17% da vegetação primária, ou seja, 700 mil quilômetros quadrados, desapareceram em 30 anos. Quatro quintos do desmatamento é ilegal



Número de habitantes:
25 milhões



População indígenas:
220 tribos com 480 mil habitantes



Incêndios florestais:
22 mil em 2007



Pistas clandestinas:
existem 100 mil quilômetros

CO2 estocado:
70 milhões de toneladas



Emissão de CO2 do Brasil: 1 bilhão de toneladas em 2004, das quais 75% vêm da queima da floresta

Floresta Amazônica: está ruim, mas pode ficar pior

Desmatamento pode aumentar se forem aprovadas pelo Congresso mudanças no Código Florestal

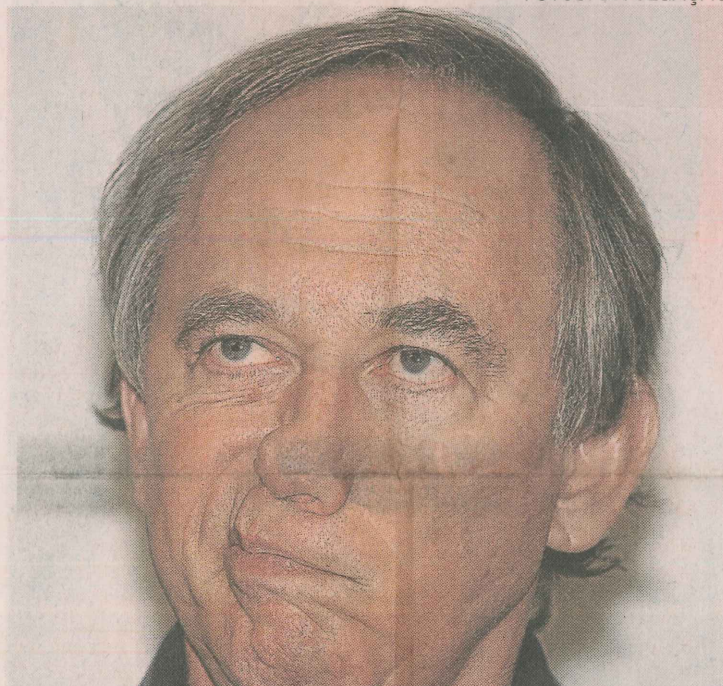
■ De forma lenta porém constante, a Floresta Amazônica brasileira perde terreno. Em 12 meses, a vegetação tropical recuou mais 11.968 quilômetros quadrados, ou seja, uma aceleração do ritmo do desmatamento da ordem de 3,8% em um ano. O ministro do Meio Ambiente do Brasil, Carlos Minc, considera portanto que "o desmatamento está estabilizado".

A maior parte da destruição é ilegal. A legislação atual não consegue evitar nem os ma-

zamos no momento para impedir a revisão do Código Florestal, que poderia, segundo eles, ser fatal para a floresta. Eles enfrentam o poderoso lobby do agronegócio, que garante que faltam terras para responder à demanda.

Em Brasília, o Congresso Nacional discute atualmente a diminuição da "reserva legal" instaurada pelo Código Florestal, a parte de vegetação selvagem que todos os proprietários devem preservar nas terras situadas na bacia amazônica. Essa reserva passaria de 80% para 50% da superfície.

O Senado aprovou essa disposição em dezembro de 2007, no dia seguinte à conferência sobre o clima em Bali, na Indonésia. A Comissão de



FOTOS: DIVULGAÇÃO

ral, poderá ratificar a decisão a qualquer momento, mas os debates estão tensos.

Os grandes fazendeiros fazem pressão, ao que parece, para compensar as disposições que restringem a extensão de suas plantações de soja e de suas pastagens.

"O governo deve esclarecer sua posição", diz José Sarney Filho, deputado do Partido Verde e membro da comissão parlamentar. "O governo está hesitante entre deixar a fronteira agrícola avançar sobre a floresta e preservar o papel de uma região que presta serviço ao planeta inteiro", diz o deputado maranhense.

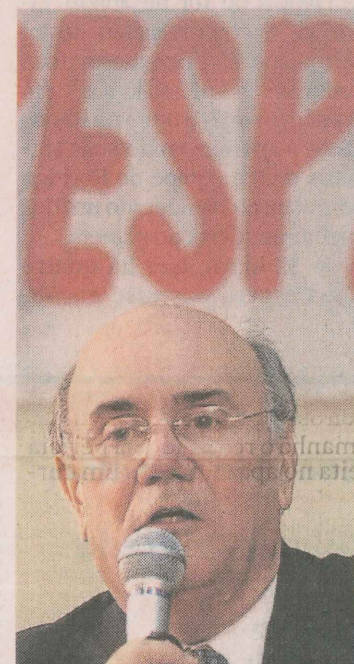
A importância do setor agrícola, primeiro exportador mundial de soja e de carne, por

Depoimento

"Meu projeto não desmata"

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

Autor do Projeto de Lei que modifica o atual Código Florestal e permite uma redução, de 80% para 50%, da área de vegetação original que deve ser conservada em propriedades rurais.

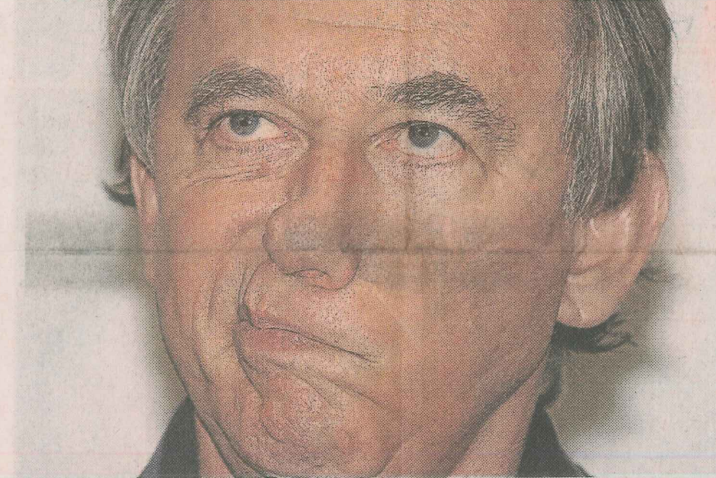


De forma lenta e porem constante, a Floresta Amazônica brasileira perde terreno. Em 12 meses, a vegetação tropical recuou mais 11.968 quilômetros quadrados, ou seja, uma aceleração do ritmo do desmatamento da ordem de 3,8% em um ano. O ministro do Meio Ambiente do Brasil, Carlos Minc, considera portanto que “o desmatamento está estabilizado”.

A maior parte da destruição é ilegal. A legislação atual não consegue evitar nem os madeireiros nem os incêndios voluntários, e os defensores do meio ambiente se mobili-

der a demanda. Em Brasília, o Congresso Nacional discute atualmente a diminuição da “reserva legal” instaurada pelo Código Florestal, a parte de vegetação selvagem que todos os proprietários devem preservar nas terras situadas na bacia amazônica. Essa reserva passaria de 80% para 50% da superfície.

O Senado aprovou essa disposição em dezembro de 2007, no dia seguinte à conferência sobre o clima em Bali, na Indonésia. A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, dominada por representantes do mundo ru-

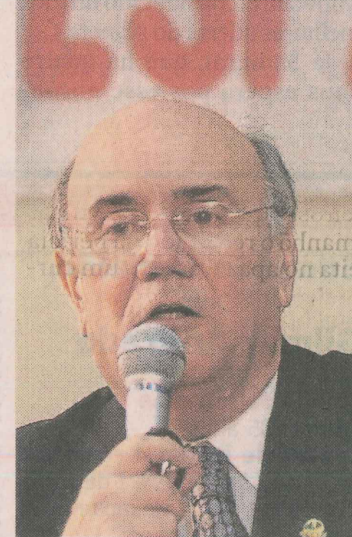


PALAVRA OFICIAL. Minc declarou-se a favor da reformulação do Código Florestal, mas se diz contra a redução das reservas

sação de suas plantações de soja e de suas pastagens.

“O governo deve esclarecer sua posição”, diz José Sarney Filho, deputado do Partido Verde e membro da comissão parlamentar. “O governo está hesitante entre deixar a fronteira agrícola avançar sobre a floresta e preservar o papel de uma região que presta serviço ao planeta inteiro”, diz o deputado maranhense.

A importância do setor agrícola, primeiro exportador mundial de soja e de carne, por sua vez encoraja as autoridades de Brasília a darem razão para o mundo rural.



Pará é o responsável por metade da destruição

No município paraense de Brasil Novo, apenas 17,4% da sua floresta foi preservada

■ São os Estados brasileiros da Amazônia, carcomidos pela agricultura intensiva, que batem os recordes de desmatamento. Este ano, a metade da

destruição aconteceu no Pará. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, apenas três dos 36 municípios onde se concentram a derrubada de árvores respeitaram a lei de 80%. O município de Brasil Novo conservou apenas 17,47% de sua floresta.

“Não acreditamos que a lei é capaz de salvar a Amazônia, temos prova disso todos os

dias”, afirma Marcio Astrini, do Greenpeace Brasil. “Mas se a lei for atenuada, os efeitos serão ainda piores”, alerta. A organização não-governamental (ONG) lançou uma campanha contra o projeto de revisão do Código Florestal, denunciando-o como “uma reforma oportunista” que acomoda a impunidade daqueles que destroem.

O projeto propõe de fato “desbloquear a situação atual” oferecendo aos autores de destruição a compensação dos danos ao preservarem, “em outro local”, uma superfície equivalente. “É melhor rentabilizar as áreas já ameaçadas e conservar as que ainda estão intactas, em vez de criar uma colcha de retalhos de destruição”, argumenta o sena-

dor do Pará, autor da reforma do Código Florestal, Flexa Ribeiro, que afirma que seu projeto inicial não reduzia a reserva legal.

Os ecologistas, por sua vez, são a favor da remuneração dos proprietários que conservam a reserva, para assegurar uma exploração durável. No ritmo atual, a metade das árvores terá desaparecido em 2050.

“É uma inverdade (que o projeto acelera o desmatamento), porque o projeto que foi apresentado é exatamente no sentido contrário. Você vai poder usar o que já está aberto, e não vai precisar abrir mais nada na Amazônia. Ele não derruba uma única árvore. Ele apenas permite, através de uma flexibilização do Código Florestal, que se faça o uso das áreas que já estão alteradas.”

“Se mais 30% da floresta for destruída, o ecossistema deixará de existir”

GILVAN SAMPAIO
TÉCNICO DO INPE

Ruralistas e ecologistas em lados opostos

■ A reformulação do Código Florestal, do qual algumas alíneas datam de 1934, é necessária, mas o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, declarou ser contra a redução das reservas. No novo projeto, os ruralistas conseguiram até agora a possibilidade de replantar, sobre a parte desmatada, espécies ditas “exóticas”, estranhas ao meio natural, como palmeiras que assegurariam um bom rendimento aos proprietários. Essa possível modificação no código tem desagradado os ecologistas.